

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

A JUVENTUDE RURAL E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: principais implicações para inserção e permanência

RURAL YOUTH AND ACCESS TO HIGHER EDUCATION: main implications for insertion and permanence.

Ana Livia Alves de França Soares¹

RESUMO

Apesar da expansão do ensino superior na última década, ainda existem diversas lacunas para que o acesso a ele seja realmente efetivado, que é o que ocorre entre a juventude rural, que por condições não somente sociais, mas as vezes até culturais do lugar onde vivem, não os permitem chegar nem mesmo a conclusão do ensino médio. Essa realidade nos conduz a neste artigo, identificar e refletir a partir das revisões de literatura dessa pesquisa bibliográfica, os principais embates que estão entre o acesso e a permanência desses jovens ao ensino superior, nos levando a conclusão de que é uma realidade que merece atenção, e que perpassam questões meramente econômicas.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Ensino Superior; Juventude rural.

ABSTRACT

Despite the expansion of higher education in the last decade, there are still several gaps for access to it to be truly effective, which is what happens among rural youth, who due to not only social conditions, but sometimes even cultural conditions of the place where they live, do not allow them to even complete high school. This reality leads us to, in this article, identify and reflect, based on the literature reviews of this bibliographical research, on the main conflicts between these young people's access and retention in higher education, leading us to the conclusion that it is a reality that deserves attention. and which permeate purely economic issues.

Keywords: University education; Rural youth; Student Assistance.

1 INTRODUÇÃO

¹ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande- Campus Sousa, PB. E-mail: analiviaafs@gmail.com.

A expansão do Ensino Superior na última década ocorreu desde o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) até a propagação de Instituições de Ensino a Distância (EAD) e entre outros programas e projetos, que apesar das especificidades de cada um, cumpriam e cumprem com o objetivo de ampliar e possibilitar o acesso acadêmico e profissionalizante a públicos que até então não teriam meios para se aproximar dele.

Esses públicos são compostos de indivíduos de diversas esferas e realidades sociais, que vão desde o cotidiano da periferia, dos povos tradicionais, da comunidade rural e entre outros mais, que na maioria das vezes compartilham uma meta unânime, que é a de ampliar seus horizontes e mudar a realidade em que vive através dos estudos.

Entre todos esses eixos sociais, tratar da inserção no ensino superior dos integrantes da comunidade rural, em específico dos jovens pertencentes a ela, muitas vezes é algo utópico mesmo nos dias de hoje, pois vê-se que

Os jovens que vivem em áreas rurais, frequentemente não são reconhecidos em sua multiplicidade de trajetórias, projetos e inserções sociais. O mais comum é reconhecer as juventudes urbanas lançando mão de múltiplas categorias para analisá-la, mas enquadrar em “juventude rural” todos os jovens que moram no campo, não considerando as situações sociais em que vivem (Bezerra, 2013, p.18).

E ainda segundo Bezerra (2013), o aumento de estudos existentes sobre essa juventude propicia que sejam cada vez mais evidenciadas algumas demandas dessa realidade, como a necessidade de ampliação do acesso à educação e à cultura por exemplo, de modo que esses indivíduos em relação ao acesso a educação, não percam seus vínculos familiares e de origem.

Junto a isso, “A reflexão sobre o tripé – ensino superior, juventude rural e políticas educacionais [...] iniciou um processo de estímulo para que os jovens rurais tivessem acesso a cursos superiores nos municípios circunvizinhos que possuem instituições privadas” (Redin, 2017, p. 239), visto que as Instituições de Ensino Superior Técnico e Público ainda permaneciam distantes desse público, o que propiciou com o passar dos anos a ampliação dos IF’s – Institutos Federais, e também das Universidades Federais em cidades interioranas de cada Estado do País.

Visto que a existência dessas unidades de ensino nessas regiões mesmo nos dias atuais corrobora para o acesso acadêmico desse público alvo, mas muitas vezes não para a inserção e permanência do mesmo, busco nesta presente pesquisa, que tem como proposta metodológica o estudo bibliográfico que visa refletir mais a fundo quais as principais

implicações para inserção e permanência da juventude rural no ensino superior na atualidade.

2 BARREIRAS GEOGRÁFICAS E ECONÔMICAS

A partir do supradito, é possível identificar que o carecimento de instituições de ensino superior próximas das áreas rurais pelo Brasil ainda é uma realidade que implica um forte deslocamento de jovens para áreas urbanas, e até mesmo Capitais extremamente distantes de suas cidades natais, o que de fato não é um problema em si, mas que se torna uma problemática ao nos depararmos com o cotidiano dessa mudança, que vão desde essas barreiras geográficas às econômicas, e até mesmo culturais.

Fato é que o dilema que tem acompanhado a vida de uma grande parcela dos jovens rurais é forjado a partir da construção de suas trajetórias profissionais, pois na maioria das vezes, isso implica em “ficar ou sair” da localidade de origem” (Bezerra, 2013, p.18). Essa transição é um desafio significativo principalmente para aqueles que não têm recursos financeiros para arcar com os custos de transporte e alojamento em uma cidade universitária, mas anterior a isso, esse desafio passa a ser ainda mais agudizado levando em consideração a falta de conhecimento prévio acerca de aspectos essenciais do mundo acadêmico superior, como a disponibilidade de seus auxílios e demais benefícios da assistência estudantil direcionada a público como esses.

De fato, essa não é a realidade de todos, mas é necessário também pontuar que em algumas regiões rurais, a infraestrutura educacional ainda é inadequada, com escolas de ensino médio que podem não oferecem cursos preparatórios e informações sobre as opções educacionais disponíveis de modo amplo, e os processos de inscrições necessárias para o ingresso no ensino superior, o que pode deixar esses jovens em desvantagem em relação aos seus pares urbanos que têm acesso a uma educação de melhor qualidade.

Essa lacuna muitas vezes incita que esses jovens rompam seus laços familiares e realizem essa transição desde muito cedo, pois a partir do Ensino Médio alguns já caminham para as cidades vizinhas, que é o que vemos principalmente entre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que propiciam o alojamento integral e auxílios que evidenciam a permanência ao seu corpo estudantil.

Nesses e em alguns outros casos, uma mudança prematura como essa engloba uma gama de implicações que podem até vir a ser problemáticas tratando-se do desenvolvimento desses

indivíduos, tanto emocional e até mesmo físico quando trata-se de aspectos alimentares, justamente pelo longo distanciamento familiar responsável, que de fato não cabe ser aprofundado nesse momento, mas que ainda assim é importante pautar, para que passemos a ponderar ainda por aqui sobre a importância de um conhecimento acerca do mundo acadêmico, seus limites e possibilidades para além dos muros institucionais, o que enfatiza também a fulcralidade do ensino, da pesquisa e da extensão como ferramenta para essa efetivação.

3 O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Conforme ao aludido anteriormente, vemos que destacar o papel das Instituições de Ensino Superior e também das Instituições de Ensino Básico como um alicerce para o acesso da juventude rural nesse novo nível acadêmico é indispensável, mas é importante enfatizar também o papel das Políticas Públicas para essa conquista, que pode ser melhor compreendido quando temos a ciência de que:

o desenvolvimento de um país pode ser medido conforme as oportunidades que a sociedade tem disponível para escolha. No Brasil, o acesso ao ensino superior até o final da década de 1990 era privilégio das famílias com boas condições econômicas que, em especial, tinham estrutura para custear o filho em outra cidade e manter os estudos superiores, sejam no âmbito de instituições públicas, quanto nas privadas (Redin, 2017, p.240)

É nesse sentido que entram em debate as políticas educacionais que “diz respeito às decisões que o Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação” (Saviani, 2008, p.7), e que corroboram para o processo de escolha desses estudantes tanto no sentido de para qual instituição (pública ou privada, distante ou não de suas cidades de origem), quanto sobre qual curso ingressar, para além exclusivamente do critério econômico de suas famílias. Desse modo, observamos que “Tratar, pois, dos limites e perspectivas da política educacional brasileira implica examinar o alcance das medidas educacionais tomadas pelo Estado brasileiro” (Saviani, 2008, p.7), que se mostram justamente em processos como esse.

Essa política abrange uma série de políticas e programas as quais podem ser destacadas a LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, seus objetivos, organizações, gestão e financiamentos da educação no país. Temos também o PRONATEC, que é um Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e

Emprego, que tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, buscando aumentar a qualificação da mão de obra brasileira. E também o Programa Universidade para Todos o PROUNI, que oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda, com o objetivo de ampliar o acesso à educação superior.

Para além desses programas, essa política detém de muitos outros que promovem a inclusão, equidade, qualidade e acesso à educação em todos os níveis, mas em específico para o Ensino Superior, temos também o Sistema de Cotas nas Universidades, que se trata da implementação de políticas de ação afirmativa que reservam uma porcentagem das vagas nas universidades públicas para estudantes provenientes de escolas públicas, sendo eles negros, indígenas, pessoas com deficiência, e também de baixa renda, visando promover a equidade no ensino, e também temos o Fundo de Financiamento Estudantil, o FIES, que criado em 1999, permite que os estudantes financiem seus estudos em instituições privadas, e o importantíssimo SISU, o sistema de Seleção Unificada informatizado e gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), que utiliza as notas do ENEM para selecionar candidatos para vagas em instituições públicas de ensino superior, onde os estudantes podem se inscrever em até duas opções de curso, de acordo com a sua nota de corte e a disponibilidade de vagas.

Todas essas ações e programas nos levam a entender melhor como se consolida a política educacional no contexto da política de assistência estudantil, sendo essa justamente:

o conjunto de políticas realizadas através dos programas de Promoção, Assistência e Apoio, que têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e conseqüentemente seu desempenho acadêmico e de cidadãos (Barbosa, 2009, p. 39)

A partir dessa política foi instituído pelo MEC em 2007, e institucionalizado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), (Brito, 2023) que visa democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, partindo da minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; a redução das taxas de retenção e evasão; e a contribuição para a promoção da inclusão social pela educação.

Todas essas ações são norteadas pelo art. 3º desse decreto, que definem dez áreas para as ações do PNAES, sendo elas: a moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde;

inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação.

3 CONCLUSÃO

Em consequência as exposições feitas na presente pesquisa, é possível identificar que o acesso e permanência da juventude rural no ensino superior ainda apresentam alguns embates que vão para além dos que aqui foram apontados, como a acessibilidade de transportes, de uma educação básica de qualidade, e em algumas situações, até mesmo do preconceito. Mas tendo como alvo nesse momento o destaque para os principais pilares que envolvem esse acesso, consideramos apenas as barreiras geográficas e econômicas, que podem ser atendidas a partir da efetivação das políticas de educação, a qual detém da política de assistência estudantil, que possibilita que esses estudantes tenham em alguns lugares, não apenas em teoria, o seu direito ao acesso à educação pública, privada, superior, e técnica de qualidade, e verdadeiramente garantido.

Mas para que isso aconteça, é necessário que enquanto profissionais, estudantes, e seres sociais detentores do conhecimento, devemos buscar amplia-lo não somente no desenvolvimento de pesquisas e idealizações apresentadas apenas no meio dos que já estão inseridos e até mesmo consolidados academicamente. O conhecimento acerca dos auxílios e demais programas vinculados a assistência estudantil, e a política de educação, devem ser mais dissipados, e isso facilmente pode acontecer pelo desenvolvimento de pesquisas e extensões das universidades. Mas é válido pontuar também que como destacado por Redin (2017), a condição da juventude rural que ainda é marginalizada, é uma questão que merece ser debatida não somente pela sociedade e nos meios aqui já destacados, mas em especial pelo Ministério da Educação.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, R. A. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- BEZERRA, T. S. **Vidas em trânsito: juventude rural e mobilidade (s) pelo acesso ao Ensino Superior**. 2013. 142f. — Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2013.

BRITTO, T. F. **Assistência Estudantil**: O direito à educação para além da dimensão do acesso. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/ Senado, Dezembro 2023 (Texto para Discussão nº 324). Disponível em: Acesso em: 5 dez.2023.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, junho 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programas e ações (2024)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/programas-e-acoas>. Acesso em: 01 abril 2024.

REDIN, E. **Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 63, 2017.

SAVIANI, D. **Política educacional brasileira**: limites e perspectivas. Rev. Investig. Const., Curitiba, vol. 9, n. 2, 2022.

SILVA, C, L da; LEAL, R, G. **Os programas constituidores da política pública na educação superior brasileira**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRhv5KmwLcXjF6H6qB7FsP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abril 2024.